

SESSÕES DO PLENÁRIO

11ª Sessão Especial da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 06 de abril de 2017.

PRESIDENTE: DEPUTADO ANGELO CORONEL

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial de outorga da Comenda Dois de Julho à juíza de Direito Fabiana Andréa de Almeida Oliveira Pellegrino, nos termos da Resolução nº 1.738/2016, decorrente da aprovação do projeto de autoria da deputada Maria del Carmen.

Convido para compor a Mesa a senhora proponente da sessão, deputada Maria del Carmen; Sr. Procurador Ruy Deiró, que neste ato representa o governo do Estado; Srª Primeira Vice-Presidente, desembargadora Maria da Purificação, representante da presidente do Tribunal de Justiça, desembargadora Maria do Socorro Santiago; Sr. Deputado Federal Néelson Pelegrino, esposo da homenageada; Sr. Coordenador da Bancada Baiana na Câmara dos Deputados, ex-deputado estadual e ex-primeiro secretário deputado José Carlos Araújo; Sr. Procurador-Geral de Justiça adjunto, Wellington César Lima e Silva, representante da procuradora-geral de Justiça, Ediene Santos Lousado; Sr. Vice-Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, Edmilson Jatahy Fonseca Júnior, representante do desembargador José Edivaldo Rotondano; Srª Defensora Pública Cristina Ferreira Araújo, representante do defensor público-geral, Clériston Cavalcante de Macedo; Sr. Presidente da Amab – Associação dos Magistrados da Bahia –, Freddy Carvalho Pitta Lima, representante de todos os magistrados; Srª Esmeralda Oliveira, membro da Comissão de Relações Institucionais, representante do presidente da OAB, Luiz Viana. (Palmas)

Solicito aos deputados Rosemberg Pinto, José de Arimateia e Marcelino Galo que conduzam ao recinto a homenageada, a juíza de Direito Fabiana Andréa de Almeida Oliveira Pellegrino.

Convido todos os presentes para ouvirmos a execução do Hino Nacional.

(Execução do Hino Nacional.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Concedo a palavra à proponente desta sessão, deputada Maria del Carmen.

A Srª MARIA DEL CARMEN:- Boa-tarde a todas e a todos.

Quero saudar o Sr. Presidente da Assembleia Legislativa, deputado Angelo

Coronel; o Sr. Procurador Ruy Deiró, que representa o governo do Estado e o Sr. Procurador-Geral; a Sr^a Desembargadora Maria da Purificação, 1^a vice-presidenta do Tribunal de Justiça, representando a presidenta, Sr^a Desembargadora Maria do Socorro Barreto Santiago; o Sr. Deputado Federal Nelson Pelegrino, meu querido amigo e companheiro de batalhas e lutas; o Sr. Deputado Federal José Carlos Araújo, coordenador da Bancada baiana na Câmara dos Deputados; o Sr. Procurador-Geral Adjunto de Justiça Wellington César Lima e Silva, representando a procuradora de Justiça do Estado da Bahia, Sr^a Ediene Santos Lousado; o Sr. Vice-Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, desembargador Jatahy Fonseca Júnior, representante do presidente, Sr. Desembargador José Edivaldo Rotondano; a Sr^a Defensora Pública Cristina Ulm Ferreira Araújo, representando o defensor público-geral, Sr. Clériston Cavalcante de Macêdo; O Sr. Presidente da Associação dos Magistrados da Bahia, Freddy Carvalho Pitta Lima, representando nesta sessão todos os magistrados; a Sr^a Esmeralda Oliveira, membro da Comissão de Relações Institucionais da OAB-BA, representando o presidente da OAB-Bahia, Sr. Luiz Viana; a Sr^a Juíza de Direito e homenageada, Sr^a Fabiana Andrea Oliveira Pellegrino.

Agradeço a presença de cada um e de cada uma dos senhores e senhoras que estão aqui, os familiares, amigos e amigas de Dr^a Fabiana.

(Lê) “Nesta sessão de outorga da Comenda Dois de Julho, é com muito prazer que saudamos nossa homenageada, a Excelentíssima Juíza Fabiana Andrea de Almeida Oliveira Pellegrino.

Todos os presentes sabem que a Comenda Dois de Julho é a mais alta condecoração do Legislativo baiano e homenageia aqueles que se dedicam à prestação de serviços relevantes ao povo de nossa terra e ao engrandecimento de nosso Estado.

A qualidade e o comprometimento da atuação da nossa homenageada em favor do desenvolvimento jurídico da nossa Bahia e a sua expressiva contribuição na vida dos cidadãos e consumidores baianos, como é de conhecimento público, são os que justificam esta condecoração, aprovada por unanimidade pelos pares desta Casa. Destaco que Fabiana é a oitava mulher dentre as cinquenta e uma personalidades agraciadas com este título desde que o mesmo foi criado, em 1999. Esta é a importância do título que nós estamos concedendo hoje a Fabiana.

Embora muito de nós aqui presentes tenhamos conhecimento do vasto currículo de Fabiana Pellegrino, destaco alguns dados.

Fabiana Andréa de Almeida Oliveira Pellegrino, nascida na capital da Bahia, filha do pecuarista José Pedro Barreto de Oliveira Batista e da servidora pública Nícia de Almeida Oliveira, demonstrou desde cedo interesse e envolvimento no meio jurídico, onde hoje dedica-se a magistratura com excelência e brilhantismo.

Graduada em Direito pela Universidade Federal da Bahia e dona de louvável carreira jurídica, Fabiana Pellegrino vem se dedicando, há mais de 20 anos, ao nosso estado.

Aprovada em primeiro lugar no concurso do Ministério Público em 1997, atuou

como titular nas Comarcas de Nova Soure, Medeiros Neto e Itaberaba, permanecendo na carreira até 1999, quando foi aprovada no concurso para Juiz Estadual em terceiro lugar.

Na condição de Juíza de Direito, atuou como titular das Comarcas de Palmeiras, Mairi e Irecê, sendo promovida para Comarca de Salvador em 2007, onde atua em Varas de Família, Criminais, Juizados, Turmas Recursais e, inclusive, substituiu em segundo grau a ilustre Desembargadora Maria do Socorro Santiago, atual presidente do Tribunal da Justiça.

Atualmente, a homenageada é juíza titular da 19ª Vara do sistema dos Juizados Especiais.

Incansável na luta pelo desenvolvimento do cenário jurídico baiano, Fabiana Pellegrino não se limita apenas ao exercício efetivo da magistratura, mas também compõe o grupo de trabalho da ENFAM(Escola Nacional de formação e aperfeiçoamento de magistrados), bem como a mesa diretora do Colégio de Magistrados do Sistema dos Juizados Especiais.

Além disso, Fabiana foi diretora da Escola Judiciária Eleitoral da Bahia; é presidente do Colégio de Dirigentes das Escolas Judiciárias Eleitorais do Brasil; e Coordenadora do Núcleo de Consumidor da Escola da Magistratura da Bahia (EMAB).

Fabiana é também coordenadora científica da Revista Populus, do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia; é ainda mentora do projeto Escola Judiciária Eleitoral-EJE nos Bairros e do projeto Universitário Cidadão; cocriadora do projeto de capacitação para os Juizes e servidores dos Juizados Especiais, além de organizadora de workshops, seminários e simpósios na área eleitoral, autora de artigos publicados em revistas nacionais e palestrante assídua em seminários e congressos sobre Direito do Consumidor.

Em meios aos inúmeros papéis que exerce nesta tão impressionante carreira, sua paixão atual é a tutela jurídica do superendividado. Assim, ela chama a atenção, no campo jurídico, para a questão econômica e social do superendividamento dos consumidores, tema ao qual se dedica com afincamento na luta por uma vida mais digna para o consumidor baiano.

Fruto disso, tese de seu mestrado, Fabiana escreveu o livro ‘Tutela Jurídica do Superendividamento’, projeto que motivou a criação do Juizado de Apoio ao Superendividado.

Logo no início do livro, ela trata da ideologia do consumismo, da busca por preencher vazios existenciais através do desenfreio do ato de consumir, e desenvolve uma visão crítica do Direito Privado, frisando a dignidade da pessoa humana.

Em um dos trechos Fabiana destaca: ‘não é fácil viver numa sociedade impositiva de abundância em que se estabelece um modo de viver, de ser a partir do ter, de uma felicidade artificial, que tanto abarrota os consumidores de bens materiais, e na mesma medida os esvazia de sentido a vida, fragilizando a alma interior!’...” Isso mostra a sensibilidade da nossa homenageada.

“(...) Em outro parágrafo, ela chama para a engrenagem que conduz a este comportamento: '(...) os detentores do poder econômico, em parceria, com a mídia, alimentam a máquina do consumo abundante através de publicidade e políticas de marketing, simplesmente por uma voracidade capitalista de lucro, sem o compromisso ético e social, indispensável à uma comuna civilizada'.

É bonito ver que ao passo em que exerce a magistratura, Fabiana compartilha seu conhecimento, chamando atenção para este fenômeno social que é o superendividamento, de modo que seja possível estabelecer um acordo que permita ao devedor sair da situação de superendividado, de excluído social, e possa voltar ao mercado de consumo de maneira equilibrada e consciente.

Outra frase da Juíza Fabiana que me chama atenção por sua empatia com o tema é a seguinte: 'há previsão de tempo ensolarado para a concretização dos ideais de uma sociedade livre, justa e solidária, embora ainda possam ocorrer algumas pancadas de chuva, próprias das discussões jurídicas. No porto de chegada, os consumidores e uma gama de operadores jurídicos aguardam ansiosos pela legalização das medidas de prevenção e tratamento do fenômeno social, econômico e jurídico, sem timidez, pois é tempo de exercitar a ousadia espartana, própria de quem carrega consigo a espada da justiça, sem os olhos vendados à desigualdade material.'

Estas são algumas informações que só reforçam o sentimentos que todos nós aqui presentes compartilhamos, o de que Fabiana Pellegrino – esposa do querido amigo deputado federal que honra a Bahia, Nelson Pelegrino, com quem tem dois lindos filhos, Nelsinho e Sophia, – é extremamente merecedora da honraria concedida por esta Casa Legislativa.

Agradecemos o empenho desta grande profissional, amiga, filha, companheira, esposa, mãe, dentre tantas outras empreitadas, na produção jurídica, cultural e social para nossa Bahia.

Esta Casa; seus pais; nossos pares; sua sogra Dona Helena; seus irmãos e demais parentes e amigos presentes, colegas de profissão de caminhada na vida jurídica te plaudem e reverenciam neste momento, Juíza Fabiana Andréa de Almeida Oliveira Pellegrino.

Receba, pois, a merecida Comenda Dois de Julho, que esta deputada e seus pares oferecemos-lhe com muito orgulho e carinho.

Parabéns!” (Palmas)

(Não foi revista pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Assistiremos ao vídeo com depoimentos de amigas e amigos da Drª Fabiana.

(Apresentação de vídeo) (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Em nome do Poder Legislativo, passo às mãos da homenageada, a juíza de direito Fabiana Andréa de Almeida Oliveira Pellegrino, a Comenda Dois de Julho, que lhe concede a Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.

Convido para subirem aqui e fazerem a entrega desta Comenda o seu esposo, o deputado federal Nelson Pelegrino; os seus filhos, Nelsinho e Sophia; a sua mãe, D. Nícia; o seu pai, José Pedro; e também Pedro, irmão da homenageada.

(Entrega da Comenda 2 de Julho à homenageada.) (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Tenho a satisfação de passar a palavra, neste momento, a nossa homenageada, a juíza de direito Fabiana Andrea de Almeida Oliveira Pellegrino.

A Sr^a FABIANA ANDREA DE ALMEIDA OLIVEIRA PELLEGRINO:-
Exm^o Sr. Presidente da Assembleia Legislativa, deputado Angelo Coronel; Sr^a Deputada Maria del Carmen, proponente desta sessão; Sr. Procurador Ruy Deiró, que neste ato representa o governo do Estado; Sr^a Desembargadora Maria da Purificação, primeira vice-presidente, representante da presidente do Tribunal de Justiça, desembargadora Maria do Socorro Barreto Santiago; Sr. Deputado Federal Nelson Pelegrino, meu esposo; Sr. Deputado José Carlos Araújo, coordenador da bancada baiana na Câmara dos Deputados; Sr. Procurador-Geral de Justiça adjunto Wellington César Lima e Silva, representante da procuradora-geral de Justiça do Estado da Bahia Ediene Santos Lousado; Sr. Vice-presidente do Tribunal Regional Eleitoral, desembargador Jatahy Fonseca Júnior, representante do presidente, desembargador José Edivaldo Rotondano; Sr^a Defensora Pública Cristina Ulm Ferreira Araújo, representante do defensor público-geral Clériston Cavalcante de Macêdo; Sr. Presidente da AMAB, Associação dos Magistrados da Bahia, representante de todos os magistrados, Freddy Carvalho Pitta Lima; Sr^a Esmeralda Oliveira, membro da Comissão de Relações Institucionais, representante do presidente da OAB, Luiz Viana. Eu gostaria de nomear todos os desembargadores presentes: desembargadora Cynthia Maria Pina Resende; desembargadora Aracy Lima Borges; desembargador Baltazar Saraiva; desembargadora Gardênia Duarte; desembargadora Ivone Bessa Ramos; desembargador Lidivaldo Britto; desembargadora Lisbete Teixeira; desembargador Lourival Trindade; desembargadora Maria de Lourdes Medauar; desembargadora Nágila Brito; desembargador Raimundo Sérgio Cafezeiro; desembargadora Regina Helena Reis.

Quero agradecer a todos os colegas magistrados e a todos os parlamentares presentes no âmbito municipal, estadual e federal e municipal. Gostaria de agradecer inclusive nominalmente a todos os magistrados, mas não quero cometer a falha de não identificar todos aqui. Então, quero dizer que o meu coração está repleto de alegria e felicidade por tê-los nesta sessão. Este momento é de muita emoção, sobretudo por ter as pessoas tão queridas presentes compartilhando comigo. Disse a muitos aqui que é uma comenda que não considerava somente minha, mas nossa, porque é um trabalho que não é individual, isolado, mas sim conjunto. Nós estamos juntos nessa luta diária, seja nesta Magistratura ou em qualquer outro enfrentamento social ou familiar.

Quero louvar a Deus neste dia porque a Ele tudo nós devemos, todo o agradecimento diário, pois diariamente eu me entrego a Ele todos os dias quando acordo e quando vou me deitar e não esqueço de agradecer. Se tudo nós podemos, é

porque Ele existe e nos permite fazer.

(Lê) “Neste dia, sinto-me especialmente agraciada por Deus, que do alto da sua benevolência jamais me negou o penhor de suas mãos estendidas, a candidez de seu perdão, a placidez de seu colo, tão determinantes para os enfrentamentos dos reveses e provocações de toda ordem. Obrigada, Senhor, por caminhar de mãos dadas comigo, ensinando-me a respeitar o próximo, a deixar as janelas do meu coração escancaradas ao amor, a compreender bem minha missão de julgadora, fazendo-me, como tal, instrumento de paz e concórdia.

Agradeço aos meus pais, José e Nícia, que deram o amor que hoje eu seu distribuir, ensinaram-me o caminho da verdade e dos valores morais, ofertando os primeiros e sólidos ensinamentos de humildade. Na singeleza dos gestos inesquecíveis e das palavras repetidas, pude colher o que tenho de melhor no meu jardim. Saibam que o simples aforismo ‘Quem não vive para servir não serve para viver’ é o meu mantra de cada dia.”

Painho, o senhor sempre me disse isso nos meus primeiros passos na vida, e é o que carrego comigo, é o meu grande ensinamento. E com a maturidade cada vez mais solidifico isso do fundo do meu coração! (Palmas)

(Lê) “Agradeço aos meus filhos amados simplesmente por existirem. Vocês são o todo de mim, a equação do universo amoroso, o oásis no recôndito da minha alma. Dei-lhes fisicamente a vida, mas foram vocês que me fizeram renascer e descobrir o sentido mais intenso da existência carnal, do amor, da renúncia e do perdão. Vocês sempre me perguntam qual é o meu maior sonho, e eu sempre lhes respondo: ‘Vê-los felizes.’ Meus filhos, quero dizer-lhes que um poeta chamado Fernando Pessoa afirmou que o homem é do tamanho de seus sonhos. Lembram de nossas conversas sobre Martin Luther King e seu sonho de liberdade e igualdade?”

Lembra, Nelsinho? Lembra, Sophia?

(Lê) “Permitam-se sonhar com um mundo melhor, atravessem os desertos da vida com flores empunhadas e deem o melhor de vocês para a edificação. Vocês farão a diferença! E eu sempre estarei acompanhando vocês.

Agradeço a meu marido, Nelson Pelegrino e tenho certeza, Nelson, de que não foi uma escolha sua estar na política, mas um desígnio de Deus, que o fez instrumento da bondade, da sensibilidade, do amor e da luta contra as maiores mazelas da sociedade. Sou testemunho vivo do seu desprendimento, da sua polidez moral, seu denodo, sua dedicação ao bem-estar alheio, muitas vezes em detrimento do seu próprio bem-estar. Sua família orgulha-se muito da sua história, de você e, sobretudo, do ser humano que você é. (Palmas)

Agradeço a todos os meus amigos e amigas presentes por fazerem parte da minha trajetória de vida.

Charles Chaplin disse que *‘Cada pessoa que passa em nossa vida passa sozinha e não nos deixa só porque deixa um pouco de si e leva um pouquinho de nós. Essa é a mais bela responsabilidade da vida e a prova de que as pessoas não se encontram por acaso.’*

Recebam todos o meu imenso carinho.

Agradeço à deputada Maria del Carmen pela propositura do projeto de resolução a esta Casa Legislativa, e pelas generosas palavras a mim dirigidas, sobretudo porque, na condição de representante do povo, tão sensivelmente captou a essência do projeto de enfrentamento do superendividamento e da importância da educação à cidadania. A sua trajetória de verdade e luta nos dignifica.

Por fim, agradeço pelas presenças aos parlamentares estaduais, federais e municipais, demais autoridades, servidores/amigos da Casa, do Tribunal de Justiça, do TRE: Adriana, Graça, Jaime, Marta, Ronaldo, Josafá, Bulcão, Lívia, Mirela, Raimundinho, estagiário Gabriel, Marcelo Conte, Ana Lúcia Guimarães, dentre tantos outros.”

Sem vocês nada seria possível à frente da Escola Judiciária Eleitoral.

Muito obrigada.

Estejam certos de que todos, absolutamente todos engrandecem este momento. Professor Raimundo Viana, meu professor querido, professor dos tempos da faculdade, que me colocou os desafios tão cedo na vida, obrigada por todos os ensinamentos que o senhor me deu. O senhor fez uma grande diferença na minha trajetória.

Muito obrigada.

(Lê) “Nesta quinta feira de outono, e sob os olhares atentos de pessoas tão queridas, sinto-me honrada com a digna homenagem que me é conferida por esta Casa do Povo, a significar o reconhecimento pelo serviço público dedicado ao Estado da Bahia por mais da metade do meu tempo de vida.

Peço vênias aos parlamentares que votaram a concessão dessa honorífica comenda para compartilhá-la com todos os presentes, mais especialmente com as mulheres, que no processo de humanização têm escrito firmemente, sem rascunhos, e com tintas indelévels, páginas marcantes de uma história de avanços sociais e ganhos humanísticos, numa superação diária dos desafios concorrentes, próprios da conciliação do *animus* e da *anima*, como metáforas do masculino e feminino que cada qual carrega em seu âmago existencial.

A designativa da homenagem “Comenda Dois de Julho” toma emprestado da história um marco das lutas pela independência da Bahia, iniciadas em 1821 e findas em 2 de julho de 1823, que envolveu confrontos sangrentos, não apenas na capital, mas nas vilas de São Francisco do Conde e Cachoeira, e reuniu, no propósito separatista, senhores de engenho, profissionais liberais, bacharéis, pequenos produtores, negros escravizados e livres, mulheres, caboclos, todos tomados pelo desejo emancipatório de expurgar o jugo ditatorial da coroa portuguesa.

Como bem explanado pelo historiador Sérgio Guerra, essa luta pela independência na Bahia veio antes da brasileira, e só se concretizou quase um ano depois do [7 de setembro](#) de 1822, e, ao contrário da pacífica [proclamação às margens do Ipiranga](#), ao custo de milhares de vidas e acirradas batalhas por terra e mar, emancipou-se de Portugal, de tal modo que seu [Hino](#) afirma ter o sol nascido ao 2 de

julho brilhado '*mais que no primeiro*'.

Essa data, portanto, além de ser o registro da força, bravura e espírito emancipador do povo baiano contra a dominação portuguesa, desnuda, como vereda, em tempos de opressão, a união de um povo por um ideal caro à sua dignidade, lançando importantes sementes da atuação política de discriminados atores sociais.

Sem querer praticar ato falho com a memória das marchetadas figuras masculinas, não posso deixar de colher esse gancho histórico para reverenciar a destacada atuação feminina de suas heroínas, já que há pouco comemorávamos o Dia Internacional da Mulher. A propositura da comenda originou-se de uma representante do povo, guerreira, e dirige-se a uma magistrada mulher, que muito se orgulha de seu gênero.

Assim, merecem realce a atuação da abadessa Sórora Joana Angélica, considerada a primeira mártir do levante baiano, pois, num gesto comovente, visando impedir que os soldados portugueses invadissem o Convento do Carmo, profanassem a castidade do templo e de suas internas, postou-se com os braços abertos na frente do Convento, como último empecilho; Maria Quitéria de Jesus Medeiros, a primeira mulher a integrar uma unidade militar no País, extasiando a todos com sua bravura e entusiasmo, sendo, por isso mesmo, ao final das batalhas, reconhecida como heroína das guerras pela independência e homenageada pelo imperador, recebendo o título de Cavaleiro da Ordem Imperial do Cruzeiro; e Maria Felipa, a heroína negra da independência, que, à semelhança de outras heroínas do panteão do 2 de Julho, transgrediu os padrões impostos pela sociedade por ser mulher, negra e pobre, liderando um grupo armado e reivindicando direitos, mesmo após o fim da guerra.”

Todas elas atuaram conscientes do ponto de partida e chegada de sua travessia, empenhadas na ruptura de um modelo societário discriminatório que ostentava a imagem frágil e débil da mulher. Percebiam que o arrojo pessoal dessas mulheres fora fomento para o prélio de muitas outras, que, vivendo imersas numa sociedade conservadora, de muralhas erguidas sob as mais diversas pré-concepções, enfrentaram as regras de poder no propósito de conviver em condições mais igualitárias e justas.

Sabemos que cada conquista feminina deve ser comemorada, pois a desigualdade de gênero é tão antiga quanto a própria história da cultura humana e baseia-se nas relações de poder.

Vejam que a ideia de desigualdade vai buscar suas raízes em alguns mitos consolidados ao longo dos tempos, destacando-se o mito de pandora e o “mito judaico-cristão, inserido no primeiro livro da Bíblia (Gênesis).

O mito judaico-cristão foi repassado de geração em geração, sendo responsável por santificar as relações de poder e dividir os papéis sexuais, transformando as relações afetivas entre homem e mulher em disputa pelo poder.

Do texto bíblico, por todos conhecido, extrai-se que Adão, ao desobedecer a Deus, tem de si retirada a sensibilidade emotiva, o potencial da manifestação de afeto, este de foro interno e privado; desta maneira, esse assunto passa a ser proibido aos homens, e o macho deve manifestar sua função dominante sobre a terra, o sistema e a

mulher, ou seja, cuidar de assuntos de foro público e notório.

Eva, por sua vez, desobedeceu o Criador, usando de seu poder de sedução para desencaminhar Adão e, em consequência, restrito ficou seu espaço dentro da sociedade, sendo-lhe destinado o espaço interno e privado dos sentimentos, da fragilidade, de modo a ser sua a responsabilidade de cuidar dos filhos, do lar e do bem estar do homem.

Na Grécia Antiga, o poeta Hesíodo revela através do mito de Pandora, o mal personificado em forma de uma bela mulher. A criação do mito explica a origem da humanidade ao estilo de uma tragédia grega. Zeus enviou Pandora aos homens com o intuito de se vingar de Prometeu. Infelizmente para a humanidade, a curiosidade “natural” da mulher motiva-a a abrir a tampa do jarro dos deuses, em que estava concentrado todo o mal do mundo, disseminando a miséria, o sofrimento, as enfermidades, a violência por toda parte, restando apenas a esperança. Assim, Pandora é, simbolicamente, responsável pela desgraça da humanidade, ou seja, a mulher é identificada com responsável por todas as aflições do homem.

No âmbito da filosofia, a naturalização da desigualdade de gênero também foi muito bem explicada e justificada.

Aristóteles, em sua obra *POLÍTICA*, reconhecia um estado 'natural' de dependência entre o homem e a mulher, afirmando que 'a relação entre homem e mulher consiste no fato de que, por natureza, um é superior, a outra, inferior, um governante, outra governada', conseqüentemente 'a relação entre homem e mulher é de permanente desigualdade'.

Platão inferia, de um modo geral, que os homens superavam as mulheres em quase todas as atividades humanas, e Sócrates, embora entendesse que as aptidões naturais estão igualmente distribuídas pelos dois sexos, dizia que em todas as atividades a mulher era mais fraca do que o homem.

Portanto, de um modo geral, toda sociedade humana, independentemente do seu grau de desenvolvimento da cultura material, definiu uma escala de valores e um conjunto de atribuições sociais para o homem e para a mulher, tomando como referência as diferenças biológicas para justificar a superioridade de um em detrimento do outro.

É preciso que a sociedade esteja sensível ao rompimento das barreiras partidárias e sociais, até porque uma maior representatividade feminina solidifica políticas públicas protetivas e inclusivas da mulher...”

A desembargadora Nágila bem é conhecedora e uma lutadora incansável. Não é desembargadora?

“(...) Sem querer cansá-los, é importante dizer que somente na década de 20, mais precisamente em 1927, sob a inspiração emancipatória das sufragistas brasileiras Bertha Lutz, a anarquista Maria Lacerda de Moura, a jornalista Eugenia Moreyra, o candidato ao governo do Rio Grande do Norte, Juvenal Lamartine, propôs em sua plataforma de governo, o voto da mulher, que restou expresso na Constituição do Estado, antes, portanto, do Código Eleitoral, de 1932 (Decreto 21.076, de

24/02/1932), assinado por Getúlio Vargas, que viria a reconhecer esse direito em todo território nacional.

Sob a vigência da Constituição Potiguar, em 1928, na cidade de Mossoró, Celina Guimarães Viana, de 29 anos, cadastrou-se em um cartório para ser incluída na lista de eleitores das eleições daquele ano e a fazendeira Alzira Soriano de Souza, foi eleita prefeita da cidade de Lajes, logrando empossamento em 1929 como a primeira prefeita do Brasil.

Naquela época, vivia-se na conturbada conjuntura da República Velha, quando a nascente classe operária principiava sua organização, os intelectuais rompiam com o pensamento tradicional, as classes médias pediam mais representação política e as mulheres queriam votar e serem votadas.

A partir do triunfo do movimento revolucionário burguês capitaneado por Vargas, sepultou-se a República Velha, criando-se nova conjuntura de avanços, dentre eles, o que abriu espaço à conquista, pelas mulheres, do direito ao voto.

Doravante a luta pela igualdade de gênero, esta progrediu na sociedade brasileira ao ter, como pano de fundo, todas as mudanças estruturais e as lutas dos movimentos feministas e a luta das mulheres ao longo do século XX. Todas foram coroadas pela Constituição de 1988 e os seus novos avanços foram determinados no marco normativo ao estabelecer parâmetros indelévels de igualdade entre homens e mulheres.

Como diz Leonardo Boff, é tempo de pensar em homens e mulheres sem estereótipos limitadores, pois, na verdade, *‘... feminino e masculino devem ser entendidos como ordens do ser, princípios e dimensões do ser humano. Assim, homem e mulher se ajudam a realizar sua própria humanidade e juntos realizam a humanidade total.’*

Essa é a nossa luta de cada dia para conquistar espaços nos diversos postos de trabalho em quaisquer recantos dos poderes estatais e em quaisquer ambientes das empresas privadas, incluindo-se os lares e a sociedade como um todo.”

Ao início do século XIX, (Lê) “o socialista utópico Charles Fourier afirmou que *‘o grau de emancipação da mulher numa sociedade é o barômetro natural pelo qual se mede a emancipação geral de um povo’*.

Destaco, pois, de contributo inegável, os escritos da filósofa existencialista Simone de Beauvoir, mormente a obra *O Segundo Sexo*, por cujas lentes foi possível apontar o lugar elevado da mulher que se deve mover para além da ‘imanência’ alcançando a ‘transcendência’, ou seja, uma posição em que o indivíduo assume a responsabilidade para si e para o mundo, onde se escolhe sua liberdade.”

Este é o nosso lugar.

(Lê) “Nessa toada de transcendência, temos a primeira deputada federal do povo, Carlota Pereira de Queiroz, eleita em 1933 por São Paulo. Em 1934, a professora Antonieta de Barros, filha de uma escrava liberta, foi eleita para a Assembleia Legislativa de Santa Catarina e foi a primeira parlamentar negra da história do Brasil. Em 1979, Eunice Michiles tornou-se a primeira senadora do Brasil.

Entre 24 de agosto de 1982 e 15 de março de 1985, o Brasil teve a primeira-ministra, Esther de Figueiredo Ferraz, a ocupar a pasta da Educação e Cultura. Em 1989, ocorre a primeira candidatura de uma mulher para a presidência da República, Maria Pio de Abreu, do PN (Partido Nacional). Em 1995, Roseana Sarney tornou-se a primeira governadora brasileira. Em 31 de outubro de 2010, Dilma Rousseff venceu as eleições presidenciais e se tornou a primeira presidente da República do Brasil.

Na Bahia, em 1987, Lídice da Mata foi eleita como a primeira prefeita de Salvador e, hoje, ela ocupa o cargo de senadora da República pelo Estado da Bahia.

Já no âmbito do Poder Judiciário nacional, só em 1954, Thereza Grisólia Tang tornou-se a primeira juíza do Brasil ao ingressar na magistratura de Santa Catarina, onde manteve-se durante 20 anos como única juíza, pois a segunda juíza do Estado viria a ser nomeada apenas em 28 de maio de 1973. Em 1962, em nosso Estado da Bahia, Mary de Aguiar Silva ingressou na magistratura baiana, onde permaneceu até 1995, sendo a primeira juíza negra do Brasil. Em 1999, tivemos a primeira mulher a ocupar um assento no Superior Tribunal de Justiça, a baiana Eliana Calmon. E, em 2000, Ellen Gracie tornou-se a primeira mulher a ocupar o cargo de ministra no Supremo Tribunal Federal.

Em 2000, a desembargadora Sílvia Zarif inaugurou a presidência feminina do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia por eleição de seus pares e foi sucedida pelas desembargadoras Telma Britto e Maria do Socorro Barreto Santiago. A essas pessoas humanas, rendo todas as homenagens por todos os anos de dedicação à tarefa de fazer justiça sob a direção dos mais valorosos princípios constitucionais.

E, justamente imbuída deste espírito emancipador nesta visão transcendente, assumi o desafio de dirigir a Escola Judiciária Eleitoral da Bahia (EJE-BA) para no biênio 2015-2017 ao atender a invulgar missão de realizar os três eixos de atuação estabelecidos pelo TSE, através da Resolução nº 23.433/2014, voltados à atualização e à especialização em direito, notadamente a realização de ações institucionais de responsabilidade social; desenvolvimento de atividades de estímulo ao estudo, à discussão e à pesquisa científica.

A honrosa missão me foi confiada pelo então presidente e desembargador do TRE, Lourival Trindade, pois ele é reconhecido por todos, não apenas pela sua facundidade e pelo seu domínio do conhecimento jurídico, mas, sobretudo, pela sua manifesta sensibilidade social e reluzente alma, jamais transigindo com os ideais fraternos e igualitários. Posteriormente, a escolha foi referendada pelo não menos culto e denoto desembargador Mário Alberto Hirs que tão bem soube conduzir os trabalhos da Justiça Eleitoral baiana.”

A deputada Maria del Carmen já fez menção à criação da *Revista Populus*. Esta publicação foi iniciada através de um (Lê) “esforço conjunto como veículo de informação e de transformação no campo das consciências e das práticas eleitorais. Foi criado, também, o Projeto Sextas Culturais da EJE-BA com o propósito de debater, criticamente, temas relacionados ao exercício da cidadania sob lentes transdisciplinares. Há, também, o projeto da EJE-BA nos bairros com o propósito de aproximar a Justiça Eleitoral da sociedade. Há o Projeto Universitário Cidadão com o

fito de integrar os universitários nas ações da EJE, fomentando reflexões sobre a atuação cidadã. Cito, ainda, o EJE na mídia, voltado à entrevistas com grandes pensadores do direito eleitoral.

Viabilizou-se, outrossim, a primeira pós-graduação em direito eleitoral executada numa parceria com a Emab, Unicorp e Faculdade Baiana; realizou-se em parceria com o Instituto Brasileiro de Direito Público o I Simpósio Brasileiro de Direito Eleitoral; Interiorizou-se a atuação da EJE através da realização de *workshops* sobre as eleições de 2016, em parceria com IMAP – Instituto Municipal de Administração Pública; foram realizados seminários em parceria com a União das Prefeituras da Bahia e ampliada a parceria da EJE com as secretarias municipal e estadual de educação para alcançar mais escolas beneficiadas com o Projeto Eleitor do Futuro, carro-chefe de todas as escolas judiciárias eleitorais do Brasil.

Essa atuação comprometida e interligada de toda a equipe da EJE e de setores do TRE, sem os quais não seriam possíveis as conquistas, destacou a EJE-BA no cenário nacional, levando a eleição dessa homenageada, por aclamação, à presidência do Colégio de Dirigentes das Escolas Judiciárias do Brasil, sendo a primeira mulher presidente desde a sua criação, do que muito me orgulho.

Feitos esses registros, peço uma porção mais de paciência de todos para revelar-lhes um pouco do amálgama da minha vivência prosaica e poética, já me direcionando ao fim.

Nos idos de 1997, quando iniciei a minha trajetória no Ministério Público, como promotora de Justiça, passando pelas Comarcas de Nova Soure, Medeiros Neto e Itaberaba, tinha todos os sonhos em mim, sentindo-me, na feliz expressão de Mario Quintana, *'acordada para dentro'*.

Nos idos de 1999, quando migrei para a magistratura estadual, colhida pela vocação judicante, e passei pelas comarcas de Palmeiras, Mairi e Irecê, trouxe na mala os meus sonhos e ideais, sem nódoas que o tempo costuma deixar.

E, ainda hoje, esses sonhos e ideais me acompanham em sua inteireza e com a pureza de quem quer estar conjugando-os na primeira pessoa do plural, desgarrada de alguma vanguarda solitária de si mesmo.

É assim que me sinto, ainda hoje, experimentada mais da metade de minha vida, misturando utopia e realidade, pois amo o que faço, amo amar as pessoas, amo sentir algo se transformando ao meu redor. Como diz o poeta Thiago de Melo, *'piso firme no meu chão, sei que estou no meu lugar'*.

Afinal, como questiona Leonardo Boff, em seu opúsculo *O Despertar da Águia*, *'o que seria do ser humano se não caminhasse além do que os olhos alcançam e as mãos apalpam?'*. As utopias, os sonhos, a imaginação sobre a vida nos dão a própria vida, nos fazem águias, nos incendeiam a alma, nos revelam na melhor fotografia do que temos de mais denso.

Não se trata de ter o sol escondido no bolso de palavras, pois momentos de incertezas ou de escuridão fazem parte da nossa experiência carnal. Se trata da essência da fé, que nos faz firmes no caminho, desincumbindo-nos da arte de viver,

procurando extrair o bem de todo mal. Se trata, como disse Edgar Morin, em sua obra *'A cabeça bem-feita'*, de *'(...) assumir a parte prosaica e viver a parte poética de nossas vidas'*, até porque *'(...) a consciência da complexidade nos faz compreender que não poderemos escapar jamais da incerteza e que jamais poderemos ter um saber total: a totalidade é a não verdade'*.

Portanto, sinto-me com a mesma energia dos primeiros anos desbravados, a mesma vontade de transformar, a mesma sensibilidade às dores e angustias de quem bate à porta da casa da justiça, com a mesma ousadia e coragem de decidir com uma pena que só se presta a propósitos sociais e que, portanto, passa ao largo de interesses suspeitos.

Sinto-me pulsante, pronta para avançar, evoluir, aprender e tentar fazer a diferença, não importa o quanto doam os espinhos, que, sabemos todos, numa vida pública não são poucos. Como lampeja o poeta Thiago de Mello

'(...) pois aqui esta a minha vida, pronta para ser usada. Vida que não se guarda, nem se esquiva, assustada. Vida sempre a serviço da vida. Para servir ao que vale a pena e o preço do amor. Ainda que o gesto me doa, não encolho a mão: avanço levando um ramo de sol. Mesmo enrolado de pó dentro da noite mais fria, a vida que vai comigo é fogo: está sempre acesa'.

Impregna-me de sentido a fala do filósofo francês contemporâneo Albert Camus, quando afirma que *'o ser humano é a única criatura que se recusa a ser o que ela é'*, nos fazendo refletir que o ser humano quer desentranhar de suas utopias um ser melhor, mais sensível, intenso, capaz de comunicação e de amor. É disso que a humanidade precisa. É a isso que devemos nos propor. E é, por isso, que me encontro nos versos de Cora Coralina:

'Tenho consciência de ser autêntica e procuro superar todos os dias minha própria personalidade, despedaçando dentro de mim tudo que é velho e morto, pois lutar é a palavra vibrante que levanta os fracos e determina os fortes. O importante é semear, produzir milhões de sorrisos de solidariedade e amizade. Procuro semear otimismo e plantar sementes de paz e justiça. Digo o que penso, com esperança. Penso no que faço, com fé. Faço o que devo fazer, com amor. Eu me esforço para ser cada dia melhor, pois bondade também se aprende!'

Mesmo em tempos tão coléricos como os que estamos vivendo, de selvageria verborrágica, de uma pós-modernidade líquida, identidades fragmentadas, comodificação das pessoas, laços humanos que não se fixam, esvaziamento ético, certa descrença nas instituições públicas e privadas, nós magistrados devemos atuar com serenidade, nos movermos para construir as experiências genuínas do mundo com as capacidades que dispomos, pois, só assim, cumprimos a missão constitucional com isenção, a fim de que a travessia ocorra com respeito aos mais caros direitos individuais e coletivos.

Martin Luther King já disse que *“a verdadeira medida de um homem não se vê na forma como se comporta em momentos de conforto e conveniência, mas em como se mantém em tempos de controvérsia e desafio.”*

Embora o tempo passe e os modelos sociais e estatais se modifiquem, e, como disse o sociólogo polonês Zigmunt Bauman, “*o mundo a nossa volta esteja repartido em fragmentos mal coordenados*”, o sonho de conviver numa sociedade que se alimente do sentimento de justiça, solidariedade e fraternidade não se pode perder. Até porque como expressou poeticamente Fernando Pessoa, indene a qualquer desbotamento:

Há um tempo em que é preciso recosturar, reformar, reavivar as nossas roupas usadas que tanto nos deram alegria quando novas e que hoje apesar de gastas continuam quentes, macias e confortáveis porque possuem o formato do nosso corpo. Não devemos esquecer nossos antigos caminhos só porque achamos que nos levam sempre aos mesmos lugares, devemos aproveitá-los para encurtar a distância que nos levam a novos. É tempo de travessia: temos que ousar em fazê-la para nunca ficarmos a margem de outro.

É preciso estar sensível ao outro, ampliar a visão para o desconhecido, compreendendo que o outro não é apenas um indivíduo com o qual alguém se relaciona socialmente, mas também um outro que habita em nós, com o qual devemos estar religados eticamente.

O psicólogo Antonio Ciampa, em sua obra *Identidade*, disse que '*essa expressão do outro que também sou eu consiste na alterização da minha identidade, na supressão de minha identidade pressuposta e no desenvolvimento de uma identidade posta como metamorfose constante.*'

Não devemos perder de vista, mais uma vez, as reflexões de Leonardo Boff, que, ao construir uma dialética entre o sim-bólico e o dia-bólico, na obra já mencionada (*Despertar da Águia*), alerta que '*o mal faz parte da cosmogênese e da antropogênese e é condição originária da evolução. Ele não está para ser compreendido, mas para ser combatido, ele incentiva novos caminhos para o progresso da humanidade.*'

Que enfrentemos os males sociais com uma visão holística, equilíbrio, alteridade e ética, buscando respostas satisfatórias que realizem os princípios mais caros à sociedade a partir de uma interexistência que construa pontes e não muralhas.

É possível.

Nesse rumo, o projeto do Juizado de Apoio ao Superendividado, inaugurado em novembro de 2015 pelo Tribunal de Justiça da Bahia, é um claro exemplo de realização da justiça social, num contexto de modernidade líquida, a partir do estímulo ao reposicionamento voluntário dos protagonistas contratuais.

Como assevera Zigmunt Bauman, o consumo abundante é dito e mostrado como a marca do sucesso e a estrada que conduz diretamente ao aplauso público e à fama, aprendendo os consumidores, desde cedo, que possuir e consumir certos objetos e adotar certos estilos de vida, é a condição necessária para a felicidade, talvez até para a dignidade humana.

Esse modelo artificial de inclusão social e felicidade material, e, portanto, de hiperconsumo, é fio condutor para o superendividamento, ou seja, para a

impossibilidade global do consumidor de boa fé quitar as suas dívidas, sem prejuízo de sua sobrevivência digna. Podemos afirmar que múltiplas são as causas desse fenômeno: a falta de educação ao consumo racional e sustentável; as concessões irresponsáveis de crédito fácil; a desleal sedução publicitária sem a consideração da dignidade do consumidor vulnerável; a redução dos mecanismos de controle dos encargos contratuais; a redução do estado do bem-estar social (o que leva a gastos privados com educação e saúde), o que demanda atuação positiva do Estado.

O Juizado de Apoio ao Superendividado, de natureza paraprocessual, vem justamente ao encontro dessa atuação estatal, desestimulando a judicialização e objetivando não apenas a renegociação das dívidas pela autocomposição, mas, sobretudo, o efetivo tratamento do superendividamento, que, em muitos casos, é patológico, pois fruto da oneomania, uma doença obsessiva compulsiva.

Assim, no *iter* procedimental, o momento da renegociação das dívidas é precedido necessariamente de cuidadosa anamnese sobre a situação social, individual, familiar, psicológica e econômica do superendividado, a fim de compreender bem as causas, os efeitos e as possibilidades de enfrentamento no caso concreto. A renegociação também é precedida da participação obrigatória em oficinas de conscientização e capacitação psicológica e financeira, onde são feitas avaliações diagnósticas e realizadas dinâmicas que introduzam o consumidor num universo de conhecimento mais humanizado, de empoderamento do próprio ser e que seja ferramenta para escolhas de consumo mais racionais.

As oficinas são realizadas na própria universidade Unijorge, pelos docentes, professor Antônio e professor Adailton, a partir do convênio firmado entre o Tribunal de Justiça e por essa universidade.

Para o êxito do projeto, além da vital parceria com a Unijorge, com as benções do reitor Guilherme Marback, fora firmado termo de cooperação com a Defensoria Pública do Estado, o Ministério Público, a CDL, e a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, alcançando o Procon, tendo o absoluto apoio do defensor público geral, Dr. Clériston de Macedo, a procuradora-geral, Dr^a Ediene Lousado, o ex-presidente da CDL, Frutos Dias, e o atual, Alberto Nunes, e o secretário de Justiça e Direitos Humanos, Carlos Martins...”

Nós somos pioneiros no Brasil com a proposta do Juizado de Apoio aos Superendividados e com alcance dessa parceria. Em nenhum outro Estado se conseguiu fazer, aliar, juntar a todos os órgãos que trabalham diretamente com a Defesa do Consumidor.

“(...) Não posso olvidar de mencionar o importante apoio do secretário municipal de Mobilidade Urbana, Fábio Mota, e do publicitário Sidônio Palmeira, que entenderam tão bem o alcance social do projeto, sobretudo em tempos de amarga crise econômica, e nos ajudaram com a publicidade do serviço público através de *busdoors* e *outdoors*...”, somos também o primeiro estado a fazer uma divulgação desse porte nesse patamar. “(...) Assim também o apoio do Brasilcon, Abdcon, dessa Casa Legislativa, através da Comissão de Defesa dos Direitos do Consumidor.

Mas esse é apenas um exemplo de que a união de esforços frutifica e

transforma. Que venham outros. E aqui não posso deixar de enaltecer o trabalho capitaneado pela desembargadora Joanice Guimarães, incansável na sedimentação da justiça restaurativa, em nosso Estado, como técnica de solução de conflitos que prima pela criatividade e sensibilidade na escuta das vítimas e dos ofensores, que, assim, participam ativamente da resolução. E também da desembargadora Nágila, em defesa incansável do fortalecimento da aplicação da Lei Maria da Penha e de uma crescente política de proteção e valorização das mulheres.

Lembremo-nos do sentido de justiça expressado pela ministra Cármen Lúcia ao tomar posse como presidente do Supremo Tribunal Federal. Disse ela: *“Justiça é sentimento de que tem fome o ser humano, porque sem ela a dignidade humana é retórica. Sem justiça, sobra a força de uma pessoa sobre a outra, a violência pessoal que não respeita o que de humano distingue o homem sobre as outras espécies. A fome da justiça deve ser saciada.”*

Vamos saciá-la.

Para findar, e já desculpando-me pela delonga, oferto com meu coração os versos de Clarice Lispector:

*'O caminho que eu escolhi é o do amor.
Não importam as dores, as angústias,
nem as decepções que vou ter que encarar.
Escolhi ser verdadeira.
No meu caminho, o abraço é apertado,
o aperto de mão é sincero.
Por isso, não estranhe a minha maneira de sorrir
e de te desejar tanto bem.
Eu sou aquela pessoa que acredita no bem,
que vive no bem e que anseia o bem.
É assim que eu enxergo a vida
E é assim que eu acredito que vale a pena viver.'
Muito obrigada.”*

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Registro as presenças do deputado federal Daniel Almeida e da senadora Lídice da Mata.

Convido a todos os presentes para ouvir a execução do Hino da Bahia.

(Execução do Hino da Bahia)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Anuncio também a presença da prefeita de Lauro de Freitas, a ex-deputada Moema Gramacho.

Em nome da Alba – Assembleia Legislativa do Estado da Bahia –, agradeço a presença das autoridades civis, militares, amigos e familiares da homenageada, das Sr^{as} e Srs. Deputados, desembargadores, vereadores, juizes, juízas, prefeitos,

serventuários e da imprensa.

Convido a todos para um coquetel no salão ao lado, onde a nossa homenageada receberá os cumprimentos.

Em nome de Deus que nos guia, declaro encerrada a presente sessão.

Departamento de Atos Oficiais / Departamento de Taquigrafia

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-parlamentar/sessoes-plenarias.php>. Acesse e leia-as na íntegra.